

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

Eduardo do Nascimento
(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R314 Rede contestado de educação, ciência e tecnologia 2 /
Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-375-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.757210508>

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Nascimento,
Eduardo do (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE RIO DAS ANTAS E A GUERRA DO CONTESTADO (1911-1916)	
Márcia Janete Espig	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105081	
CAPÍTULO 2	12
A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS NA REGIÃO DO CONTESTADO	
Mônica Grandó	
Jane Suzete Valter	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105082	
CAPÍTULO 3	24
A PEDAGOGIA PRÁTICA DE JOÃO MARIA DE AGOSTINI	
Cleber Duarte Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105083	
CAPÍTULO 4	33
A PERSPECTIVA DE UMA PROFESSORA DA EPT NÃO LICENCIADA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE	
Emanuelle Alves de Medeiros	
Eduardo do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105084	
CAPÍTULO 5	44
COMPARAÇÃO ENTRE DOIS MÉTODOS DE MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM UNIÃO DA VITÓRIA/PR	
Cléria Maria de Melo	
Bruna Aparecida Alves da Silva	
Mariane Félix da Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105085	
CAPÍTULO 6	56
CONSERVAÇÃO, INSERÇÃO E EXPANSÃO DE ABELHAS NATIVAS SEM FERRÃO NA APP E NO ENTORNO DO IFSC CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL-RAU	
Anderson José Antonietti	
Mário Cesar Sedrez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105086	
CAPÍTULO 7	69
CORES E FRAGMENTOS NO MOSAICO ARTÍSTICO DO CONTESTADO	
Rita Inês Petrykowski Peixe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105087	

CAPÍTULO 8..... 82

CULTURA E TECNOLOGIA NA REGIÃO DO CONSTESTADO: PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO GRUPO DE DANÇA GAÚCHA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CÂMPUS VIDEIRA

Leila Lisiane Rossi
Bruno Pergher
Angela Maria Crotti da Rosa
Lizete Camara Hubler
Maurício Natanael Ferreira
Luiz Gustavo Moro Senko

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105088>

CAPÍTULO 9..... 91

DISPUTAS PELA MEMÓRIA DO TERRITÓRIO CONTESTADO: UM MAPEAMENTO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CABOCLA

João Felipe Alves de Moraes
Diego Gudas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7572105089>

CAPÍTULO 10..... 103

ELEMENTOS PARA A PRÁTICA EXTENSIONISTA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO INTERIORANO BRASILEIRO

William Douglas Gomes Peres
Letíssia Crestani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050810>

CAPÍTULO 11 115

ESTUDO DO USO DE DETERGENTE NO CONCRETO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Simone Aparecida da Silva Souza
Débora Fátima Alberici

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050811>

CAPÍTULO 12..... 126

ESTUFA PARA CULTIVO DE PLANTAS UTILIZANDO ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL LED: MONITORANDO GRANDEZAS ELÉTRICAS E AMBIENTAIS ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA INTERNET DAS COISAS

Cláudio Eduardo Justin de Freitas
Lucas José da Rosa
Yuri Matheus Scheuer
Anna Baasch Raizer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050812>

CAPÍTULO 13..... 139

IMIGRAÇÃO HAITIANA NA MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA: ASSOCIAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Jordan Brasil dos Santos

Jonathan Viana da Silva
Leon Mclouis Borges de Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050813>

CAPÍTULO 14..... 151

INQUÉRITOS FORJADOS NO FIO DA DEGOLA: MAURICIO DE LACERDA E O DEBATE NACIONAL ACERCA DO CONTESTADO

Viviani Poyer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050814>

CAPÍTULO 15..... 164

JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariquiel dos Santos

Claudio Adão da Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050815>

CAPÍTULO 16..... 174

MEMÓRIA REDIMIDA: O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO MONGE JOSÉ MARIA COMO PERSONAGEM DE RPG

Christian Yuri Machowski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050816>

CAPÍTULO 17..... 184

O NOVO VALE DOS IMIGRANTES: O CONFLITO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

Alexandre Lima de Oliveira

Francine Soares de Almeida

Karen Wesseler Jung

Daniel Granada da Silva Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050817>

CAPÍTULO 18..... 192

O PATRIMÔNIO CULTURAL E INDUSTRIAL PRESENTE NO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

Lara Lima Felisberto

Merilena Alves de Lima Bueno

Juliana Aparecida Biasi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050818>

CAPÍTULO 19..... 205

OS HABITANTES DA GUERRA DO CONTESTADO (1912 – 1916): UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO TERMO “CABOCLO” NA LITERATURA SOBRE O CONFLITO

Nathan Marcos Buba

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050819>

CAPÍTULO 20.....218

PERFIL SÓCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NAS UNIDADES DE TRIAGEM DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Mariana da Silva Barreto
Eduarda de Magalhães Dias Frinhani
Renata Fornari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050820>

CAPÍTULO 21.....231

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CÂMPUS CAÇADOR

Bianca Gonçalves Sousa de Moraes
David Ferreira Severo
Diogo Moreno Pereira Carvalho
Marta Ferreira da Silva Severo
Mayara Tsuchida Zanfra
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050821>

CAPÍTULO 22.....243

PROTAGONISMO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA OPORTUNIDADE PARA A DESCOBERTA DA AUTONOMIA

Ana Claudia Viero
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento
Eduardo do Nascimento Karasinski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050822>

CAPÍTULO 23.....253

SALTOS DA HISTÓRIA: PERMANÊNCIAS DO CONTESTADO EM GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO

Natan Schmitz Kremer
Alexandre Fernandez Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050823>

CAPÍTULO 24.....265

SIMBOLOGIA CEMITERIAL NO CONTESTADO: LINGUAGEM, ARTE E RELIGIOSIDADE PROPOSITIVAS TEÓRICAS

Alcimara Aparecida Föetsch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050824>

CAPÍTULO 25.....277

SUCESO DA ATER EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE UMA REDE DE ATORES

José Antônio Louzada
Guilherme Radomsky

Marcelo Antônio Conterato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050825>

CAPÍTULO 26.....289

TERRITORIALIDADE CABOCLA E DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Gabriela Haswany de Almeida

Katya Regina Isaguirre-Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050826>

CAPÍTULO 27.....300

TERRITÓRIO E TENSÕES DE TERRITORIALIDADES: UM DEBATE SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Marcia Chmura

Diane Daniela Gemelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050827>

CAPÍTULO 28.....314

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Andrea Alves Cavalet

Hillevi Maribel Haymussi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75721050828>

SOBRE O ORGANIZADOR.....326

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: O RETRATO DE UMA REALIDADE A SER ENFRENTADA

Data de aceite: 23/07/2021

Andrea Alves Cavalet

Assistente Social, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP
Caçador

Hillevi Maribel Haymussi

Professora do curso de Serviço Social, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe UNIARP
Caçador

RESUMO: O presente artigo faz a exposição de pesquisa efetivada em instituições da cidade de Caçador/SC, sobre o cometimento de violência contra as mulheres, objetivando analisar tal ocorrência entre os anos de 2018 a 2020. Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a pesquisa de campo, bibliográfica e documental com o objetivo de fazer referência a temas que envolvem a temática violência contra a mulher, elegendo-se a pesquisa qualitativa na perspectiva do método crítico dialético, com a utilização de recursos quantitativos, para a aplicação do estudo. Para a coleta de dados, utilizaram-se dados documentais das instituições Associação Maria Rosa (AMAR), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI). No período estudado, ano de 2018 a julho de 2020, por meio dos dados institucionais, constatou-se um número elevado de ocorrências de violência contra as mulheres praticados por pessoas

próximas, ou seja, aquelas que criaram vínculos com elas, transformando o vínculo de uma relação afetiva, em violência. Em Caçador, no período pesquisado, totalizaram-se 1.563 casos de violência contra a mulher. Os tipos de violência mais evidenciados são ameaças seguidas de agressões físicas e psicológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Violência contra a mulher. Caçador.

1 | INTRODUÇÃO

A questão central orientadora da presente pesquisa foi analisar sobre o cometimento de violência contra as mulheres na cidade de Caçador por meio de uma investigação realizada em instituições da cidade de Caçador, de janeiro de 2018 a julho de 2020, estabelecendo um perfil dessas mulheres e analisando as principais formas de violência.

Aqui, a questão da violência já se evidencia desde os tempos iniciais de seu surgimento, como se pode exemplificar a partir da Guerra do Contestado, momento no qual se passou a criar uma cultura de dominação e de exploração, que, também, afetou as mulheres. Essa cultura permeada de valores, igualmente as influências, pois muitas delas ainda vivem sob o sentimento de medo, permanecendo submissas aos homens. Mas, nesse processo histórico que é sempre carregado de contradições, surgiu uma grande mulher chamada Maria Rosa, que desempenhou o papel de liderança entre os

sertanejos, desmistificando, em sua época, a submissão das mulheres aos homens. Esta mulher emprestou seu nome a uma das únicas instituições de Santa Catarina que acolhe vítimas de violência: a Associação Maria Rosa (AMAR) de Caçador, que se destaca em seu trabalho pioneiro na região.

O interesse em elaborar o trabalho com esta temática iniciou-se em 2018 quando da elaboração de projeto de pesquisa para o artigo 170 (bolsa de estudo de pesquisa), oportunizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina através da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Sob diversas formas, a violência contra as mulheres sempre esteve presente, em menor ou maior intensidade, em todo o processo histórico da sociedade. Apesar de muitos avanços conquistados na sociedade em relação aos direitos da mulher, muitos, na sociedade, ainda vêm como responsável pelas agressões à própria mulher. Assim sendo, apontou-se como problema desta pesquisa: quais as violências evidenciadas contra mulheres na cidade de Caçador/SC no período de janeiro de 2018 a julho de 2020? Percorrendo-se como objetivo geral, analisar a violência contra a mulher na cidade de Caçador entre os anos de 2018 a 2020. A contribuição que este trabalho trará para a sociedade é extremamente positiva, pois a pesquisa dessa natureza comprovou os índices verificados no município, servindo de base aos setores do município que promovem ações e políticas públicas à prevenção.

Uma das manifestações, que remonta aos tempos iniciais da civilização, e que se acentua nos últimos séculos, é a violência contra a mulher. Essa é consequência das desigualdades sociais que refletem o modelo econômico e político que se estabelece na sociedade. Assim, desenvolver uma análise crítica sobre a situação da violência contra as mulheres é uma ação política, em que a preocupação, para além do eu, é com o mundo, com o mundo das mulheres, é falar dos grilhões que as aprisionam. As mulheres, desde os tempos mais remotos, sofreram grandes restrições no tocante à forma como foram tratadas, muitas vezes, como anomalia ou como um ser inconcluso. À mulher, nesses tempos, era incumbida a função destinada a cuidar da casa, da família, cuidar do marido e de reprodução. De acordo com Bacelar (2018),

a mulher era um ser destinado à procriação, ao lar, para agradar o outro. Durante o desenvolvimento das sociedades, a história registra a discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Ao atribuir aos homens a condição de donos do saber e às mulheres o papel feminino, subordinado ideologicamente ao poder masculino, a história vem salientar as desigualdades (BACELAR, 2018, p. 16).

No que se refere à violência contra a mulher, o artigo 2 da Convenção de Belém do Pará (1994, p. 1) assim se posiciona:

entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua

residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;

b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e

c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

No Brasil, em 2006 promulgou-se a Lei Maria da Penha nº 11.340, a qual entrou em vigor no dia 7 do mês de agosto. Esta lei veio assegurar às mulheres brasileiras direitos contra a violência praticada contra elas. A Lei Maria da Penha (2006, p. 1), em seu capítulo I: da violência doméstica e familiar contra a mulher, explana sobre como se configura a violência contra a mulher, sendo:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Antes da existência Lei Maria da Penha a mulher vivenciava/aturava diversas agressões diárias, mesmo já existindo, à época, lei para defender o direito dos cidadãos, entretanto não existia uma lei específica para defender o direito das mulheres. Conforme a Lei Maria da Penha nº 11.340 (2006, p. 1) no seguinte artigo se estabelece:

art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

No processo evolutivo da sociedade, as mulheres começaram a tomar consciência

de si e de seu papel, de sua escravidão e iniciam processos de organização. A organização das mulheres, enquanto movimento feminista, surgiu na América do Norte/Estados Unidos na década de 1960. Após esse período, o movimento se expandiu por todo o Ocidente com um discurso de libertação da mulher e de emancipação (MARQUES; XAVIER, 2018). De acordo com Rodrigues e Costa (2015),

no século XX, o movimento feminista se espalhou pelo mundo com manifestações como: queima de sutiãs em praça pública e libertação da mulher com a criação da pílula. Multiplicaram-se as palavras de ordem: “Nosso corpo nos pertence!” “O privado também é político!” “Diferentes, mas não desiguais!” (COSTA, 2015, p. 6)

Embora muitas lutas e esforços de mulheres, grupos organizados da sociedade civil tenham conquistados direitos no mundo todo, o número de agressões tem aumentado assustadoramente. Muitas são as autoras que têm se debruçado sobre a relação da violência contra a mulher e o patriarcado, em especial, dentre outras, Heleieth Saffioti (1987; 1992a; 2004b), autora brasileira. Afirma Neto (2019) que,

patriarcado vem da combinação das palavras gregas pater que significa pai e arkhe que significa origem ou comando. A palavra “patriarcado” traduz-se literalmente a autoridade do homem representada pela figura do pai (NETO, 2019, p. 1).

No gênero feminino, significa dominação do homem sobre a mulher, essa ser submissa àquele, havendo desigualdades nos espaços sociais, principalmente na relação familiar (MIGUEL, 2017). De acordo com Balbinotti (2019, p. 242), “o termo designa também toda estrutura social que nasça do poder do pai”. Afirmando essa argumentação, Saffioti (2016) escreve que o patriarcado está a serviço da classe dominante e de seus interesses, sendo construído historicamente e ligado à opressão das mulheres nas sociedades atuais.

Esses aspectos presentes na realidade se entrelaçam com a violência contra mulheres, pois o sistema capitalista as desfavorece, os homens persistem no patriarcalismo, gerando a opressão sobre elas e muitas ficam dependentes financeiramente por não trabalharem, sendo por desemprego, cultura, por obrigação do companheiro ou outras expressões da questão social. Dessa forma, aceitam a violência contra si, pois não têm condições de se separarem, realidade que acomete, igualmente, mulheres de família burguesa, as quais não querem dividirem o patrimônio mantendo o status familiar (MONTEIRO, 2019). Para Saffioti (2004, apud SILVEIRA; COSTA, 2019), a dominação patriarcal e a exploração capitalista não se separam, pois

[...] destaca que, apesar dos progressos femininos na busca por emancipação, a base material do patriarcado não foi destruída. A despeito dos avanços femininos na conquista dos espaços públicos e de uma divisão de papéis mais igualitária no espaço doméstico, a mulher ainda é a principal responsável pelos cuidados com o lar e com a criação dos filhos. A ideologia patriarcal continua bastante enraizada no imaginário coletivo. Por isso, muitos homens têm dificuldade de assimilar funções no âmbito familiar que culturalmente

são destinadas às mulheres. Ao mesmo tempo, as mesmas encontram empecilhos na conquista de espaço no âmbito público. São discriminadas, menosprezadas e julgadas (SILVEIRA; COSTA, 2019, p. 2).

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação realizada teve como suporte teórico/metodológico investigativo o método crítico dialético. De acordo com Netto (2009), quando se começa a defrontar com um objeto de estudo com o real aparente, o cientista visualiza as mediações, suas diversas determinações e vai reconstruindo o objeto por processos de abstração, de racionalidade. A imediaticidade, o fenômeno aparente, é assim pensado, desmontado e entendido em suas relações para reproduzi-lo como concreto pensado (NETTO, 2011).

Os procedimentos metodológicos não se dividem em etapas isoladas, mas representam a organização, a forma/planejamento do que será pesquisado. Pode-se explicitar a unidade possível em processo, que se deram na forma de aproximações: Revisão bibliográfica e construção das primeiras categorias teóricas que respaldarão as análises; Identificação das instituições receptoras de denúncias de violência contra a mulher; Solicitação de permissão nessas instituições para acompanhamento das informações e declaração de sigilo de proteção de nomes e termo de consentimento; Elaboração de planilhas para coleta de dados; Reuniões constantes entre acadêmica e professor orientador; Obtenção de dados de acordo com o estabelecido nos objetivos; Seleção, análise e interpretação dos dados; Elaboração de sínteses.

A parte de pesquisa de campo relaciona-se à obtenção de dados documentais fornecidos por instituições de Caçador que atendem a casos de violência contra a mulher. Obtiveram-se tais dados mês a mês, no período de 2018 a julho de 2020, sendo estruturados e tabulados com o intuito de permitir a análise estatística/quantitativa. Por fim, analisaram-se e confrontaram-se os dados obtidos com os elementos teóricos, que permitiram tecer análises dos dados alcançados em uma realidade específica com realidades mais generalizantes.

Já os objetivos específicos foram: identificar o número de casos verificados de violência contra a mulher no CREAS, na AMAR e na DPCAMI entre os anos 2018 a julho de 2020; identificar o perfil das mulheres acometidas de violência; identificar quais as violências mais ocorridas nas instituições; e, identificar quem são os violadores e sua faixa etária.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Caçador, no período pesquisado, 2018, 2019 e 2020, totalizaram-se 1.563 casos de violência contra a mulher. No ano de 2018, houve 1.212 casos de violência, sendo que, nesta totalização, 249 foram mulheres atendidas pela psicóloga na DPCAMI, atendidas no

CREAS e acolhidas na AMAR; 963 foram boletins de ocorrência efetivados durante o ano, sendo analisados separadamente. No ano de 2019, registraram-se 227 casos de mulheres vítimas de violência atendidas pela psicóloga na DPCAMI, atendidas no CREAS e acolhidas na AMAR, sem se coletarem os boletins de ocorrência. De janeiro a julho no ano de 2020, houve 124 casos de mulheres que registraram boletins de ocorrência na DPCAMI, sendo atendidas no CREAS e acolhidas na AMAR. Ressalta-se que, a diferença discrepante de totalizações: 2018: 1.212; 2019: 227; e, janeiro a julho de 2020: 124, deve-se ao fato de que em 2018, a forma como foram coletados os dados diferencia-se de 2019, onde neste ano de 2019 não foram considerados os boletins de ocorrência, e sim, o material que foi disponibilizado pela DPCAMI, ou seja, apenas os atendimentos registrados pela psicóloga. Em 2020, considerado os meses, somente de janeiro a julho.

De acordo com os dados apontados na pesquisa, o número de casos verificado de violência contra a mulher em Caçador, em 2020, nos meses de fevereiro, março e maio, aumentou se comparado aos mesmos meses de 2019. Relacionando esses dados com os dados nacionais publicados, notam-se dados contraditórios. Por exemplo, dados publicados por Veneral (2020) referenciam que:

Em tempos de pandemia, os números de violência doméstica cresceram ainda mais, o que é motivo de preocupação para os estados e para o Governo Federal. De acordo com dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), houve um aumento médio de 14,1% no número de denúncias feitas nos primeiros quatro meses de 2020 em relação ao ano passado. No entanto, o mês de maior destaque foi abril, que, comparado ao mesmo mês no ano passado, teve 37,5% de aumento (VENERAL, 2020, p. 1).

Já a autora Schuengue (2020),

Apesar do aumento do número de casos, os dados mostram redução no número de denúncias, seja por receio da mulher em denunciar, diante da proximidade do agressor, ou por medo de descumprir as medidas de isolamento social. Esses dados, que demonstraram redução das denúncias, preocuparam autoridades de diversos países, e medidas foram tomadas para facilitar a realização de denúncias e proteger as mulheres de episódios de violências. Em países como Itália, Espanha e França, o governo destinou quartos de hotéis para servirem de abrigo temporário para mulheres vítimas de violência, permitindo que estejam seguras e isoladas. Alguns aplicativos foram adaptados para realizarem denúncias, inclusive o whatsapp (SCHUENGUE, 2020, p. 1).

Verifica-se que o período de maior ocorrência de casos de violência contra a mulher em Caçador foi o ano de 2018. Se comparados os dados colhidos no ano de 2020 nos meses de janeiro a julho em relação a 2019 e a 2018, nos mesmos meses, percebe-se que, também, houve uma diminuição de casos de violência contra a mulher.

Em relação ao perfil das mulheres vítimas de violência, nos anos 2018 e 2019, o estado civil correspondeu ao maior número de vítimas como amasiadas, e, no ano de 2020, como solteiras. Houve um aumento expressivo no estado civil casada das mulheres no ano

de 2020, o que se pode atribuir ao isolamento social devido à incidência da pandemia. Em relação ao estado civil amasiada, os números foram constantes nos três anos pesquisados. No ano de 2020, os estados civis evidenciaram-se predominantemente em relação aos anos anteriores. Em relação à faixa etária, em 2018, 2019 e 2020, nas mulheres vítimas de violência, apresentou-se maior concentração entre 14 a 29 anos, sendo que a faixa etária em que há mais ocorrências indica entre 14 a 61 anos.

Os tipos de violência mais registrados são a ameaça seguida da violência psicológica e física, verificando-se, também, a patrimonial, a moral e sexual. Em 2020, aparecem nos dados três tipos de violência não constatados nos dados pesquisados em 2018 e 2019, quais sejam vias de fato, perturbação da tranquilidade e maus tratos. A ameaça de acordo com o Código Penal, é “ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave” (BRASIL, 1940, p. 1). Esse tipo de violência foi a mais evidenciada durante os três anos seguida da violência física, psicológica e moral. Nos boletins de ocorrência da DPCAMI, em muitos, constava que a ameaça ocorre por motivos de o ex não aceitar o término do relacionamento. De acordo com Souza (2016),

São muito comuns os relatos de homens que não aceitam o fim do relacionamento e terminam perseguindo suas ex-companheiras, ligando insistentemente, fazendo postagens abusivas em redes sociais, procurando conhecidos, indo até seus locais de trabalho (SOUZA, 2016, p. 1).

A violência sexual pode ocorrer em qualquer situação, mas em todas as suas formas a mulher é obrigada, forçada ao ato. Ressalta-se que a violência sexual, a qual é muito evidenciada em outras regiões do país, aqui em Caçador, apresentou baixa expressividade. Será que não ocorre ou não é denunciada? De acordo com Lourenço (2008, p. 18), “na maioria das vezes, estas violências não ocorrem de maneira isolada, mas sim concomitantemente, sendo praticado mais de uma violência ao mesmo tempo”. O número de violência é maior do que o número de casos, pois uma mulher sofre vários tipos de violência.

Nos anos de 2018 e de 2019, evidenciou-se maior número de violadores concentrando-se na figura do ex-amásio, seguido pelo amásio, marido e ex-marido. Já no ano de 2020, o maior número de violadores concentrou-se nos ex-maridos e maridos, isso também, talvez, pela proximidade do isolamento social devido à pandemia. Mas houve um aumento significativo do agressor filho. Em 2019 e 2020, a faixa etária mais identificada dos violadores, foi de 30 a 45 anos, seguida de 14 a 29 anos e de 46 a 61 anos. Pelos dados apontados, há uma evidência maior de agressores como sendo pessoas que são do convívio das mulheres vitimizadas, próximas às vítimas e da família. Também, de acordo com Safiotti (2004),

Na família, na escola e em outras instituições ensinam-se as crianças a não aceitar convites, doces e outros presentes de estranhos. Raramente uma mulher, seja criança, adolescente, adulta ou idosa, sofre violência por parte de estranhos. Os agressores são ou amigos ou conhecidos ou, ainda, membros da família. Isto é muito claro em casos de abuso sexual, crime no

qual predominam parentes. Na violência de gênero, teoricamente podendo ter como agressor tanto homem como mulher, na prática a prevalência é, com uma predominância esmagadora, de homens, parentes, amigos, conhecidos, raramente estranhos (SAFIOTTI, 2004, p. 92).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a violência contra a mulher na cidade de Caçador/SC entre os anos de 2018 a julho de 2020 diante do problema proposto: quais as violências evidenciadas contra mulheres em Caçador? Para se chegar ao objetivo proposto, realizou-se pesquisa de campo em instituições de Caçador receptoras de casos de violência contra a mulher. Nessas, no CREAS, na AMAR e na DPCAMI, coletaram-se os dados entre os anos de 2018 a julho de 2020, mês a mês, por meio das informações institucionais.

A metodologia proposta se mostrou adequada e suficiente para efetivar todos os procedimentos almejados. Os dados em consonância com os objetivos específicos foram quantificados e analisados qualitativamente, proporcionando a visibilidade da violência cometida contra as mulheres na cidade de Caçador, ou seja, que ela se manifesta de forma contundente, sendo muito expressiva para uma cidade que possui uma estimativa de quase oitenta mil pessoas, sendo as mulheres “50.48% da população” (CAÇADOR ONLINE, 2010, p.1).

A pesquisa se limitou a três instituições com casos notificados, mas os estudos e pesquisas apontam que muitas mulheres se calam diante das violências sofridas, especialmente se o agressor for uma pessoa da família, o que foi comprovado pela pesquisa. As formas de violência cometidas contra as mulheres mais encontradas confirmam aquelas apontadas pela literatura, isto é, ameaça, violência psicológica, física e patrimonial, sendo as mais evidenciadas na pesquisa. Tais violências têm motivações de duas ordens: social e individual. Entre as mulheres vítimas de violência, evidenciou-se pela pesquisa que elas se encontram numa faixa etária muito jovem, embora tenha havido notificações na faixa etária de mais idade. Esta pesquisa demonstrou que a realidade tão divulgada nas mídias sociais, em jornais, em debates sobre a violência cometida contra as mulheres no mundo e no Brasil, também é evidenciada em uma cidade de médio porte, como Caçador.

Em relação às limitações da pesquisa, no seu desenvolvimento, deparou-se com algumas questões que, de certa forma, interferiram no processo de coleta de dados. Dentre essas, faz-se necessário destacar: no decorrer da coleta de dados, percebeu-se que alguns boletins de ocorrência de violência contra a mulher encontravam-se duplicados, ocasionando um erro na contabilização estatística, conforme afirma pela delegada Patrícia Zimmermann (2020 apud RABELO, 2020, p.1), “os dados usados até o ano passado não eram precisos porque havia duplicidade. A mesma ocorrência registrada na Polícia Civil,

muitas vezes também era registrada na Polícia Militar”.

No ano 2018, os dados coletados na DPCAMI foram obtidos através dos dados repassados pela psicóloga, de seu atendimento às mulheres vítimas de violência e os de boletins de ocorrência com apenas algumas informações para analisá-los separadamente. No ano 2019, os dados coletados na DPCAMI obtiveram-se por meio dos dados repassados pela psicóloga, de seu atendimento às mulheres vítimas de violência, sem os boletins de ocorrência. No ano 2020, os dados coletados na DPCAMI foram obtidos através dos boletins de ocorrência, realizando-se leitura de cada boletim. Percebe-se que, em cada ano, os dados da DPCAMI foram repassados de forma diferente.

Além disso, no período de obtenção dos dados, na DPCAMI, observou-se algumas lacunas pelo fato de que os boletins poderiam ser mais bem organizados para evitar duplicidade de dados, observando-se, em alguns casos, incoerências entre o que foi relatado e o que foi constado no boletim como tipo de violência. Nesses casos, há uma diferença entre a totalização de dados obtidos através dos boletins de ocorrência, contrapondo-se ao depoimento relatado por quem atendeu a vítima e o próprio depoimento dessa. Na AMAR e no CREAS, as mulheres que são atendidas realizam o boletim de ocorrência na DPCAMI, portanto, duplicam-se os dados na somatória dos dados coletados na DPCAMI, AMAR e CREAS. Ressalta-se, do mesmo modo, que, nos períodos de 2018 e 2019, no mês de dezembro, não se coletaram os dados devido ao período de férias. Os resultados da pesquisa foram encaminhados para as instituições que proporcionaram a realização da pesquisa.

Propõe-se, a partir disso, a possibilidade de ampliar a divulgação sobre a violência contra mulheres na cidade, acionando todos os conselhos municipais existentes a fim de que se crie uma rede de enfrentamento e de proteção à mulher. Sugere-se, também, um amplo trabalho em escolas com a participação de equipes multiprofissionais para trabalharem sobre a violência cometida contra mulheres no âmbito escolar. A escola é o local onde as crianças e jovens constroem as suas referências, suas concepções de homem e de mulher. Um trabalho com os homens também seria uma possibilidade de desmistificar o machismo, ainda tão presente na sociedade, com o intuito de construir novos valores. Os homens, de igual forma, poderiam ser atendidos em políticas públicas. Essas medidas, se tomadas, poderiam, para além de atender as mulheres vítimas de violência, desencadear estratégias para a prevenção da violência.

A realização desta pesquisa oportunizou a ampliação da compreensão sobre a violência cometida contra as mulheres, de sua relação com a totalidade social, com seus determinantes da formação do patriarcado, da relação desse com o capitalismo, da condição da mulher na trajetória histórica, de suas lutas e de suas conquistas, que foram se constituindo em legislações em sua defesa e proteção. Possibilitou-se, ainda, conhecer, na particularidade dos dados das instituições pesquisadas, sobre a questão da violência contra a mulher em Caçador, sendo essa realidade é um grande desafio tanto para as

mulheres vítimas de violência, quanto para os profissionais que atendem essa demanda. Não basta somente atender esse segmento, ou melhor, é necessário compreender todos os determinantes que afetam a vida dessas mulheres.

Almeja-se que este trabalho possa contribuir com todos para a compreensão da temática, suscitando novas discussões, novos estudos com o intuito de dar maior visibilidade a essa questão extremamente importante para todas as mulheres rumo ao rompimento de sua condição diante das profundas desigualdades vividas. O desafio está colocado.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e ao governo do Estado de Santa Catarina pela disponibilidade de bolsa pesquisa para realizar este trabalho.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jocilene Teles. **O Direito Trabalhista da Mulher no Brasil**. Monografia (Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho) – Faculdade Baiana de Direito e Gestão. Salvador/BA, 2018, 63 p. Disponível em: <http://portal.faculdadebaianadedireito.com.br/portal/monografias/Jocilene%20Teles%20Bacelar.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, ISSN 2236-5893 (eletrônica), v.25, n.31, p. 239-264, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.revista.esmesc.org.br/re/article/view/191/165>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Inte-ramericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 4 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro De 1940**. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Coíbe a violência Doméstica e familiar contra a Mulher. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

IBGE divulga números finais e Caçador tem 70.735 habitantes. Caçador Online, 2010. Disponível em: <https://www.cacador.net/noticias/geral/2010/11/29/censo-ibge-divulga-numeros-finais-e-cacador-tem-70-735-habitantes-12683>. Acesso em: 9 out. 2020.

LOURENÇO, Sandra. **Violência conjugal**: materialização das ações profissionais na área da saúde. 2008. 202 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106091>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: **VI Seminário CETROS e MUNDO do TRABALHO no BRASIL: desafios para a classe trabalhadora**. 22, 23, 24 de agosto de 2018 – UECE 2018, 14 p. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 30 set 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**. vol.25 no.3 Florianópolis Set/Dec. 2017, p. 1219-1237. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000301219&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 7 out. 2020.

MONTEIRO, Liliانا Lopes. **Por que tantas mulheres não denunciam a violência doméstica?**. Lifestyle, 2019. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/lifestyle/1212316/por-que-tantas-mulheres-nao-denunciam-a-violencia-domestica>. Acesso em: 21 ago. 2020.

NETO, Carlos. **Significado de Patriarcado**. 2019. Disponível em: <https://www.significados.com.br/patriarcado/>. Acesso em: 02 out. 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

PATRIARCADO-capitalismo: Heleieth Saffioti a partir de "A Ideologia Alemã". LavraPalavra, Clipping de Notícias da SENAPRO-PCO, 2016. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2016/02/12/patriarcado-capitalismo-heleieth-saffioti-a-partir-de-a-ideologia-alema/>. Acesso em: 09 jun. 2020.

RABELO, Juliana. **Santa Catarina: cinco mulheres sofrem violência doméstica a cada hora**. Portal Catarinas, 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/santa-catarina-cinco-mulheres-sofrem-violencia-domestica-a-cada-hora/>. Acesso em: 2 out. 2020.

RODRIGUES, Valeria Leoni; COSTA, Flamarion Laba da. **A importância da mulher**. [2015?] 28 p. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>. Acesso em: 28 set 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo, Moderna. 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos. 1992a.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo. 2004b.

SCHUENGUE, Nathalia. **Violência contra a mulher cresce durante pandemia de covid-19**. Portal Pemed, 2020. Disponível em: <https://pebmed.com.br/violencia-contra-a-mulher-cresce-durante-pandemia-de-covid-19/>. Acesso Em: 03 out. 2020.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes da. **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero**. Google Scholar. [2019?]. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?sxsrf=alekk03m042nreslwhbjpxz8yajt3mvza:1593483568958&gs_lcp=cgzwc3ktywiqazieccmqjziccmqj1clwfjebmdac2gacab4ayab1ggiafsjkgefmc43ljgyaqqgaqqqdnd3mtd2l6&uact=5&um=1&ie=utf-8&lr&q=related:as4eta2lim37cm:scholar.google.com/. Acesso em: 29 jun. 2020.

SOUZA, Luanna Tomaz de. **Onde não procurar a paz**: a perturbação da tranquilidade na Lei Maria da Penha. Empório do direito, 2016. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/onde-nao-procurar-a-paz-a-perturbacao-da-tranquilidade-na-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 13 set. 2020.

VENERAL, Débora. **Violência contra a mulher e covid-19**: a dupla pandemia. Ecodebate, 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/08/21/violencia-contra-a-mulher-e-covid-19-a-dupla-pandemia/>. Acesso em: 28 out. 2020.

SOBRE O ORGANIZADOR

EDUARDO DO NASCIMENTO é natural de Mafra/SC. É licenciado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica na área de Materiais e Processos Industriais, pelo IFSC em 2019, trabalhou em um estágio de pós-doutoramento na UFRG, Porto Alegre/RS em 2016, recebeu o título de doutor em Ciência e Engenharia de Materiais pela UDESC, Joinville/SC em 2015, com período sanduíche na UPV, Valência/ESP em 2013. É professor no IFSC, Caçador/SC e realiza pesquisa e desenvolvimento de materiais nanocompósitos poliméricos, compósitos poliméricos a partir da reciclagem de resíduos industriais e embalagens plásticas multifuncionais. É pesquisador na educação profissional e tecnológica atuando em aspectos da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, em saberes e formação docente e em metodologias de ensino por meio de projetos. Atualmente, é líder do grupo “rede Contestado de divulgação e popularização de ciências” o qual tem foco na identidade popular do Contestado como meio de pertencimento e compartilhamento de valores para estímulo da cidadania para a redução das desigualdades. Participou da produção do documentário “Águas Santas” como coordenador e compositor da trilha sonora.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

